

**JORNALISMO E DISCURSO:
as representações sobre o
leitor nas páginas de *O
Conciliador do Maranhão*
(1821-1823)**

JOURNALISM AND DISCOURSE:
the readers' representations on
the pages of *O Conciliador do
Maranhão* (1821-1823)

PERIODISMO Y DISCURSO: las
representaciones sobre el lector
en las páginas del *O Conciliador
do Maranhão* (1821-1823)

**Roseane Arcanjo Pinheiro¹
Antonio Hohlfeldt^{2,3}**

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar o discurso do jornal *O Conciliador do Maranhão* sobre as intenções e a identidade do leitor da publicação através da seção "Correspondência". O impresso, que circulou entre 1821 a 1823, por meio de iniciativa do governo da província, foi marco da constituição do campo jornalístico na cidade de São Luís em uma conjuntura de alianças locais e acomodação política frente às mudanças no regime absolutista português. Os sentidos produzidos sobre os leitores envolveram as questões políticas e as relações so-

¹ Doutora em Comunicação pela PUC-RS. Professora adjunta do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória. Email: roseane.ufma@gmail.com.

² Doutor em Comunicação pela PUC-RS. Professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC-RS). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Nível 1D. Email: hohlfeld@puccrs.br

³ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz. Coordenação do Curso de Jornalismo. Rua Urbano Santos, s/n, Centro. CEP: 65900-410. Imperatriz (MA), Brasil.

ciais da época, construídas em meio a um processo complexo de trocas entre o jornal e os leitores.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; O Conciliador do Maranhão; Leitores; Discurso; Século XIX.

ABSTRACT

This paper's objective is to analyze the discourse of O Conciliador do Maranhão newspaper on the intentions and identity of the publication's readers, using the "Correspondence" section. The printed paper, that circulated between 1821 and 1823 by means of an initiative of the provincial government, was the hallmark of the journalistic field constitution in the city of São Luís, in a conjuncture of local alliances and political accommodation in the face of changes in the Portuguese absolutist regime. The produced meanings regarding the readers involved political issues and social relations of that time, which were built amid a complex exchanging process between the newspaper and its readers.

KEYWORDS: Journalism; O Conciliador do Maranhão; Readers; Discourse; XIX century.

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo analizar el discurso del periódico O Conciliador do Maranhão sobre las intenciones y la identidad del lector de la publicación a través de la sección "Correspondencia". El impreso, que circuló entre 1821 a 1823 por la iniciativa del gobierno de la provincia, fue marco de la constitución del campo periodístico en la ciudad de São Luís en una coyuntura de acuerdos locales y acomodación política frente a los cambios en el régimen absolutista portugués. Los sentidos producidos sobre los lectores involucraron las cuestiones políticas e las relaciones sociales de la época, construida en medio de un proceso complejo de intercambios entre el periódico e los lectores.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 1, Janeiro-Março. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v3n1p258>

PALAVRAS-CLAVE: Periodismo; O Conciliador do Maranhão; Lectores; Discurso; Siglo XIX.

Recebido em: 12.12.2016. Aceito em: 13.02.2017. Publicado em: 30.03.2017.

Campo jornalístico: notas sobre o século XIX

A materialidade do jornal *O Conciliador do Maranhão*, que circulou entre 15 de abril de 1821 e 23 de julho de 1823 na cidade de São Luís, no Maranhão, mostrou a existência do campo jornalístico no início do século XIX em São Luís. Na cidade havia instâncias (governo, redatores e leitores), em condições históricas, capazes de gerar sentidos sobre a realidade e apreendê-los. Foram estabelecidos o tempo de produzir informações, o momento de fazer circulá-las e de consumi-las, de forma institucional e periódica. O objetivo foi envolver os segmentos sociais capazes de atuar no debate público, de compreender referências sobre aquele cotidiano e refletir sobre elas, com potencial para manter a ordem social ou transformá-la.

O jornal *O Conciliador do Maranhão*, lançado após a adesão do governo local à monarquia constitucional⁴, era bissemanal e tinha formato tabloide, sendo impresso pelo sistema de tipografia. Sua circulação, que compreendeu 210 edições, ocorreu aos domingos e quintas-feiras, mas foram encontrados exemplares que circularam às quartas-feiras e aos sábados. Possuía 443 assinantes, distribuídos nos seguintes lugares: São Luís, Itapecuru, Caxias, Alcântara e mais 52 localidades (Maranhão); Grão-Pará e Rio Negro, Piauí e Ceará; Portugal e Inglaterra.

Tinha apenas um caderno principal de 4 a 8 páginas. Entretanto, foram encontrados suplementos em alguns exemplares, indicador de que eram lança-

⁴ A produção do referido jornal passou por duas fases: a manuscrita, do número 1 até o número 34 (de 15 de abril a 7 de novembro de 1821); e, posteriormente, a impressa, da edição 35 à edição 210 (de 10 de novembro de 1821 a 23 de julho de 1823). A fase impressa ocorreu por meio da Tipografia Nacional Maranhense. No Maranhão, o governo do marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, adquiriu oficialmente a primeira tipografia da província, conforme Jorge (1987, p. 19).

das edições especiais em determinadas datas. O código linguístico ocupou cem por cento do periódico, não havendo registro de código icônico (ilustrações, desenhos ou imagens).

Para analisar a ação do impresso, apreendemos o jornalismo como fenômeno cultural, uma construção simbólica sobre o mundo imediato, que envolve a atuação histórica de uma instituição e dos sujeitos numa dada realidade. Enquanto processo discursivo, o jornalismo atua simbolicamente na construção de um referencial sobre a sociedade, a partir do qual as pessoas constituem suas estratégias de ver e atuar sobre o mundo. Enquanto fenômeno complexo e dinâmico, comporta as tensões advindas das relações instauradas socialmente.

Para Sousa (2000, p. 21), a notícia é “artefato linguístico construído pela interação de várias forças, que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história”. Conforme o autor, ao elencar temáticas sobre a realidade e distribuí-las, o jornalismo chancelou sentidos aos acontecimentos escolhidos e instaurou os rituais de consumo dessas representações, acolhidas ou não pelos indivíduos, que vivenciam outros espaços de mediações sociais.

A narrativa jornalística traz as marcas de seu tempo, de intenções, interesses, disputas pelo poder e silêncios, constituídos por meio das relações sociais historicamente delineadas. A partir dessa perspectiva, compreendemos a teoria construcionista como caminho que nos permite entender de forma mais abrangente o fenômeno jornalístico no século XIX. Sousa (2000, p. 18-19) elenca outras forças sociais, que colaboram na definição das notícias. Assim, o pesquisador reforça o jornalismo enquanto construção social acerca da realidade:

1. ação pessoal: as notícias são consequência das escolhas do jornalista e da sua capacidade individual de captar o real;

2. ação social: as notícias resultam dos interesses e constrangimentos das organizações;
3. ação ideológica: as notícias são geradas pelo jogo de forças e interesses presentes na sociedade;
4. ação cultural: as notícias resultam dos significados vigentes, construídos historicamente;
5. ação do meio físico ou tecnológico: as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos escolhidos para sua produção, reprodução e distribuição; e
6. ação histórica: o jornalismo é fruto da interação das forças citadas (ação pessoal, ação social, ação ideológica, ação cultural, ação do meio físico) que desenham conjunturas e desdobramentos em função da movimentação dos atores e grupos sociais.

Essa leitura nos permite observar a movimentação das forças e os sujeitos do século XIX, assim como analisar criticamente suas escolhas e motivações, bem como nos, incita a apreendermos a luta pela hegemonia nas instâncias cultural, política e econômica, ao apontar que cada conjuntura resulta do entrelaçamento e das especificidades de cada cenário.

O jornalismo insere-se no campo cultural e seus significados envolvem as mudanças históricas, políticas, sociais e econômicas. Ao produzir representações sobre a realidade, o processo jornalístico instaurou, social e historicamente, valores ou critérios para fazer emergir os aspectos desse cotidiano.

A cultura, enquanto instância que atravessa todos os setores da vida em sociedade, envolve as representações sobre o mundo, instituídas na vida social, e que sofrem transformações ao longo dos séculos. Para Chartier (1990, p. 66),

não devemos compreender a cultura como um conjunto de produções intelectuais ou artísticas dos grupos hegemônicos, mas como “um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nos comportamentos”. Esses processos sociais demonstram que é no vivido que estão as representações, as acomodações e as ressignificações, enfeixadas para sustentar uma ordem estabelecida, não de forma estática, mas sob pressões, conflitos e realinhamentos dos sujeitos e dos agrupamentos.

Um jornal e a cena política

Na cena maranhense do século XIX, temos um poder central a engendrar referências sobre o cotidiano, através de um jornal. É necessário frisar que o governo da província representava os interesses políticos e econômicos da aristocracia que, entre 1821 e 1823, enfrentou as pressões dos comerciantes portugueses, mais sequiosos de uma mudança na configuração do poder econômico. De acordo com Marcelo Cheche Galves (2010, p. 64), a partir de abril de 1821, São Luís viveu um novo ordenamento jurídico, político e social, com a instalação das Juntas Governativas, a partir da Revolução do Porto⁵. O pesquisador assinala que a principal questão do processo político era a permanência ou não de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca à frente do governo provisório. A contenda política decidiu-se a favor de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, eleito para permanecer no cargo (GALVES, 2010, p. 64).

⁵ Em 1820, na cidade do Porto, norte de Portugal, o movimento liberal mostrou sua força com o apoio dos militares, conforme Labourdette (2001, p. 122). Proprietários de terra, negociantes, advogados e magistrados estavam descontentes com os acordos comerciais entre Portugal e Inglaterra, que prejudicavam a economia daquela região. A revolução portuguesa resultou na vigência da primeira Constituição, decretada em 1822, com princípios liberais.

As reflexões de Pierre Bourdieu podem auxiliar na compreensão das redes de poder simbólico engendradas no Maranhão, naquele começo do século XIX. O poder simbólico constrói uma realidade que tende a instituir uma ordem imediata do mundo social, que se processa através de um consenso entre os sujeitos envolvidos (BOURDIEU, 2012, p. 10). Os sistemas simbólicos se transformam em instrumentos de dominação, através do estabelecimento de hierarquias e distinções que legitimam uma forma de estar e pensar a sociedade. Portanto, as relações de comunicação se traduzem em relações de poder, que dependem do poder material e simbólico acumulados pelos atores e/ou instituições envolvidos nessas interações.

Ao serem instrumentos *estruturados* e *estruturantes*, os sistemas simbólicos conformam a dominação de uma classe sobre a outra. Dessa maneira, efetiva-se a função ideológica das mensagens. O poder simbólico se reveste de força ao se manifestar em relações de sentido, conforme Bourdieu (2012, p. 14), que as denomina de *sistemas simbólicos*. O poder simbólico constitui uma visão de mundo e, por conseguinte, permite ações sobre ele, sem o uso da força física ou econômica.

Ao tecer uma nova teoria sobre o espaço social, Bourdieu propõe o *campo social* como espaço multidimensional e de relações de poder (BOURDIEU, 2012, p. 133). A leitura do pesquisador se sustenta na compreensão da existência das lutas simbólicas em todos os campos e nas práticas legitimadas de cada campo. Os diferentes campos (econômico, simbólico, político etc.) se relacionam por meio de divisões e hierarquias que demarcam as relações de poder entre eles.

Bourdieu compreende o jornalismo como campo de produção cultural, atravessado por outros campos de poder. Contextualiza o surgimento do jorna-

lismo, no século XIX, quando ele constituiu suas características fundantes. Estruturou-se, observa o sociólogo, mais atrelado ao campo de poder do que ao campo literário. Talvez por isso, a vulnerabilidade do campo jornalístico seja uma das contradições apontadas por Bourdieu (MIRANDA, 2005, p. 120).

Bourdieu explica que o campo político é o que mais constrange o campo jornalístico (MIRANDA, 2005, p. 113). Essa dominação se articula em duas frentes: 1) dominação material, através da dependência econômica frente aos governos; e 2) dominação simbólica, resultado da força das camadas dominantes, que se tornam as *fontes oficiais* mais comuns dos veículos de comunicação, o que configura uma relação desigual quanto ao poder de falar em relação aos demais segmentos da sociedade.

O jornal corporificou a posse do lugar de fala, as vozes autorizadas a influir sobre o ordenamento social, a ditar os entremeios políticos, a inculcar mudanças ou silêncios. As práticas culturais, na análise de Bourdieu, efetivam-se na estruturação das relações sociais. Inicialmente, na posse do capital (econômico, cultural etc.), que se articula às relações de forças dentro de campos distintos. Nos diferentes campos, há o domínio maior ou menor de agentes sociais ou instituições, de acordo com o capital econômico e o capital cultural que detêm (MIRANDA, 2005, p.12).

Entre leitores, cartas e intenções

Os significados hegemônicos reiterados nas cartas dos leitores publicadas pelo jornal *O Conciliador do Maranhão* podem ser apreendidos como a “parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (BENETTI, 2007, p. 111). Entendemos que ao selecionar as cartas a serem publicadas, o

impresso delineou as temáticas e a identidade dos sujeitos que teriam lugar de fala na seção de correspondências.

No tocante à pesquisa, foram selecionadas 37 cartas publicadas. Sobre os autores, onze assinavam com iniciais ou pseudônimos; dez eram comerciantes; sete eram militares; dois funcionários do governo; três eram redatores do impresso e quatro não informavam ocupação do autor na carta. A maioria delas abordava a ação dos comerciantes, fazia a defesa do governo, relatava aspectos da presença militar na província, destacava conduta dos leitores ou comentava sobre a postura de alguns religiosos⁶.

Pêcheux (1995:160), ao abordar a formação do sujeito no discurso, chama a atenção para o *caráter material do sentido*, constituído pelas palavras ou enunciados que, mascarados pela *transparência da linguagem*, escondem a ideologia dominante. O significado, afirma o autor, é determinado pelas questões ideológicas em jogo, em uma conjuntura dada. Nesse sentido, as *formações ideológicas* caracterizam-se por palavras ou expressões emitidas por sujeitos, a partir das posições sociais sustentadas por eles. As *formações discursivas* envolvem "o que pode e deve ser dito" (um artigo, um jornal), proposições originadas das posições dos sujeitos envolvidos, e da luta de classes.

Não há sentido, conforme Orlandi (2009, p. 45), sem o ato de interpretar. Nesse movimento, o sentido surge como algo estabelecido e naturalizado. Faz-se a interpretação, mas, ao mesmo tempo, nega-se a interpretação. Nas construções ideológicas, são apagadas as relações entre o histórico e o simbólico e a realidade passa a ser interpretada como se os acontecimentos socioculturais

⁶ As três cartas encontradas comentavam especificamente a prisão de frades pertencentes ao Convento das Mercês, "por se encontrarem passando a noite em duas diversas casas das mais abjetas prostitutas" (*O Conciliador do Maranhão*, 27 de julho de 1822, nº 109, p. 5).

fossem imutáveis. A ideologia instaura uma relação imaginária dos sujeitos com suas condições materiais de existência.

Sobre a atuação do leitor, Orlandi (2006, p.181) esclarece que “o texto não é um objeto acabado”. Enquanto produto linguístico, o texto tem “começo, meio e fim”, porém a análise de discurso traz de volta a incompletude do material produzido enquanto *objeto empírico*. “Do ponto de vista de suas condições de produção, o texto tem relação com a situação e com outros textos, o que lhe dá um caráter não acabado”. Quanto às condições de produção da leitura, a pesquisadora salienta que existem vários *modos* de leituras, dependentes dos significados do texto a serem construídos pelo leitor (O que o autor quis dizer para o leitor? Como ele compara o texto lido com outros? O que o texto diz sobre os referentes do leitor?).

No processo de leitura, conforme Orlandi (2006, p. 185), outro momento relevante é a constituição da identidade do leitor no decorrer das condições de produção da leitura: “O leitor, na medida em que lê, se constitui, se representa, se identifica (...) A questão da compreensão não é só do nível da informação. Faz entrar em conta o processo de interação, a ideologia”. As tensões evocadas no processo da leitura abarcam duas questões: a) “a ilusão do sujeito de que é ele a fonte do seu dizer” e b) “a relação entre *formação discursiva* e *formação ideológica*”. Essas situações se efetivam porque há interpelação do indivíduo enquanto sujeito pela ideologia.

A partir das reflexões de Orlandi (2006), partimos para conhecer a seção “Correspondência” do jornal pesquisado. Essa seção foi uma das mais frequentes ao longo dos trinta meses de circulação de *O Conciliador do Maranhão*. Então, selecionamos algumas cartas, com autores ora identificados ou se utilizando de pseudônimos.

Na 8ª edição, de 10 de maio de 1821, o autor de uma carta publicada sob o pseudônimo de “Um amigo da boa ordem” fez elogios ao jornal pelo “espírito patriótico a conciliar os ânimos e reuni-los ao bem e harmonia da sociedade em geral”. O leitor, ao comentar sobre os ânimos em São Luís, aponta outras publicações impressas que atuavam na cidade, naquele momento, acirrando a luta política: “Tenho, porém, com desprazer sabido que alguns sujeitos, ao invés de seguirem esta marcha de homem de bem para que vossa mercê os convidou, se tem lhe arrojado a fazer-lhe algumas sátiras indecorosas e pasquins”. O mesmo autor rechaçou esses embates, porque “só podem nascer de espíritos remissos, e turbulentos, de fraca educação” (*O Conciliador do Maranhão*, 10 de maio de 1821, p.6).

Questionamentos dos leitores podem ser vistos no impresso na carta do “Curioso constitucional”, que remeteu a seguinte pergunta:

Qual terá sido a razão por que a Câmara desta cidade não tem feito publicar com precisa formalidade, a respeitável e sábia Proclamação, que o Soberano Congresso julgou de tanto interesse dirigir aos habitantes do Brasil? Acaso o Excelentíssimo Governador Provisório remeteria esse venerando documento à Câmara (por seu ofício de 31 de outubro, inserido no nº 38, do seu periódico), em *alguns exemplares*, só para simplesmente ela mandar registrar em seus livros?

Se vossas mercês assentam que é suficiente esta publicidade, para uma tão recomendável determinação do Soberano Congresso da Nação, então me calarei (*O Conciliador do Maranhão*, 22 de dezembro de 1822, nº 47, p. 4) [grifo do jornal].

O comentário dos redatores do periódico foi eximir o veículo de qualquer confronto com a Câmara: “Quanto a sua pergunta, a Câmara que lhe responda”. Os “RR do *Conciliador*” também esclareceram que haviam cumprido com as responsabilidades. “Como vossa mercê é curioso a de saber que temos obrigação de publicar neste periódico *Documentos* de tão alta consideração; e antes que nos pergunte porque o não viu impresso, respondemos que já o

transcrevemos nos primeiros dias de outubro" (*O Conciliador do Maranhão*, 22 de dezembro de 1821, nº 47, p. 4) [grifo do jornal].

O espaço das correspondências foi utilizado, além dos pronunciamentos políticos, para reforçar a reputação dos autores de cartas. Foi a situação detalhada pelo comandante Charles Erwin, publicada na 61ª edição, do dia 9 de fevereiro de 1822. "Entrando nesse porto, em 2 do corrente, foi me apresentado um folheto impresso em Lisboa, e assinado por um Pedro Antonio do Nascimento, segundo me dizem, um homem preto de péssimos costumes, e nenhum estabelecimento" (*O Conciliador do Maranhão*, 9 de fevereiro de 1822, nº 61, p. 4). O comandante da embarcação Rachel & Sally teria sido acusado, através do impresso, de negociar com piratas e descarregar itens ilegalmente no Maranhão: "Diz aquele negro caluniador que a descarreguei na alfândega noturna da praia do caju. É preciso ser negro no coração para assim caluniar".

O autor da carta esclareceu por que escreveu ao jornal:

Sou cidadão dos Estados Unidos, e prezo-me de ser honrado (...) Eis-me pois em campo para repelir ataques dos vis caluniadores, a quem sem receio desafio, ao mesmo tempo que peço justiça ao imparcial, respeitável público português, de quem com o mais profundo respeito sou atento venerador (*O Conciliador do Maranhão*, 9 de fevereiro de 1822, nº 61, p. 4).

As retratações continuam como temática na carta de Severino Antonio de Araújo Cerveira, publicada no dia 4 de maio de 1822. O autor reclama de um texto publicado na edição nº 66, assinado por "Um alcantareense": "Se a todos o direito natural sustenta a defesa da vida, não menos o direito social a do crédito, e autoridade, pois que é a mais sagrada quando é atacada não merecidamente (...) desmascarando a impostura e fulminando o ataque" (*O Conciliador do Maranhão*, 4 de maio de 1822, nº 85, p. 5). O juiz Severino Antonio se defende das críticas feitas à justiça e à Câmara de Alcântara, na demora para serem

nomeados os novos integrantes daquela casa legislativa: “Sempre fui sincero, reto, empenhando-me a cumprir meu dever deferindo as partes sem demora, fazendo arrecadar e pôr em boa administração os bens dos órfãos e viúvas” (*O Conciliador do Maranhão*, 4 de maio de 1822, nº 85, p. 5).

No número 109, de 27 de julho de 1822, um acontecimento envolvendo religiosos da cidade foi tema da carta de autoria de “Um cristão que para ser escusa frades e cônegos”. Sob o anonimato, o redator do documento faz um apanhado da situação:

Há dias foi notório a todos os habitantes desta cidade, haverem-se prendido no Convento de Santo Antonio dois religiosos pertencentes ao Convento das Mercês, por se encontrarem passando a noite em duas diversas casas das mais abjetas prostitutas. Espantei-me com tão escandalosa notícia; porém reflexões de indulgência para com a fragilidade humana me fizeram supor que semelhante somente induzia a crer que o indigno procedimento daqueles dois indivíduos não devia manchar a reputação da classe (*O Conciliador do Maranhão*, 27 de julho de 1822, nº 109, p. 5).

Aproveitando a ocorrência, o autor da carta questiona a atuação dos frades na cidade: “Os frades modernos, os chamados *Mercenários* na *província do Maranhão*, além de serem completamente inúteis e ociosos para os cidadãos (...) lhe sejam também perniciosos pelos exemplos que lhe dão de libertinagem”. O autor anônimo também cita que, além das situações relatadas, os religiosos protagonizaram outros acontecimentos relativos à igreja: “anarquia e rebelião contra os preladores que os regem (falo de quase todos)”. (*O Conciliador do Maranhão*, 27 de julho de 1822, nº 109, p. 5).

O autor, “Um cristão que para ser escusa frades e cônegos”, continua a criticar a atitude dos frades presos: “Depois de abrangerem entre si impunemente indivíduos de péssima e escandalosa conduta e depois de praticarem fatos de uma vida licenciosa, insultam agora a circunspeção e probidade de

todos os habitantes desta cidade". Ele questionou os procedimentos para punição dos integrantes de ordens religiosas que cometiam crimes: "O frade que me ofender há de ser julgado por uma lei diferente daquela que me a de punir se eu der umas taponas num frade das Mercês?"

É também através do periódico que são publicadas, além das cartas, declarações e documentos para atestar a honra e qualidades de cidadãos. Na edição de número 130, de 9 de outubro de 1822, sob o pseudônimo "O amigo da verdade e verdadeiro constitucional", o autor informa que, naquela edição, foi publicado documento enviado do Ceará pelo corpo do comércio que atestaria a idoneidade do comendador Antonio José Meirelles: "Em abono da honra, patriotismo e crédito do comendador Antonio José Meirelles, que nesta pretendiam macular, porque a virtude, o mérito é que mais padece" (*O Conciliador do Maranhão*, 9 de outubro de 1822, nº 130, p. 8).

As qualidades e os feitos do referido negociante são destacados pelo "amigo da verdade e verdadeiro constitucional", na ação de resguardar a imagem pública do comendador. No Ceará, Antonio José Meirelles teria "fiado grossas somas a alguns de seus habitantes". Outra iniciativa envolveu "igualmente a sua caridade prodigalizando-lhe remessas de farinhas para a pobreza, por ocasião da fome. O que presenciei sendo então procurador do Conselho na Vila da Fortaleza" (*O Conciliador do Maranhão*, 9 de outubro de 1822, nº 130, p. 8).

Os embates entre as forças dos governos e os grupos que defendiam a independência do território são registrados pelo jornal *O Conciliador do Maranhão*. Na edição de número 200, de 11 de junho de 1823, o comandante geral da Vila de São Bernardo, Severino Alves de Carvalho, relatou, na seção de correspondências, o enfrentamento com o segmento opositor. Para que os solda-

dos fossem homenageados pelo ato de bravura, solicitou ao jornal que a lista com os nomes dos soldados fosse publicada, informação que efetivamente figura ao final da carta.

Severino Alves relatou, através da carta, o confronto em detalhes:

Tomo a liberdade de remeter a vossa mercê a relação dos beneméritos oficiais e soldados que me acompanharam da Vila de São Bernardo da Paraíba, onde fomos cercados por mil e duzentos facciosos, os quais com toda a coragem própria de verdadeiros portugueses, não recusaram executar as minhas ordens, enchendo de confusão e vergonha aos covardes, que vilmente se uniram. E para que o mundo seja conhecedor de seus nomes, rogo a vossa mercê o obséquio de mandar inserir no seu periódico (*O Conciliador do Maranhão*, 11 de junho de 1823, nº 200, p. 4).

A lista com os nomes foi publicada pelo jornal em seguida à carta de Severino Alves. A intenção seria mostrar a capacidade militar das tropas portuguesas e exaltar os homens que controlaram um foco de oposição? O processo de quebra do pacto colonial já estava em curso e o jornal, aliado do governo da província, anunciaria as mudanças no comando local através das ordens vindas do Rio de Janeiro.

O jornal *O Conciliador do Maranhão* tinha colaboradores em outras regiões do Maranhão, além da cidade de São Luís. O posicionamento de um deles é tema da quarta carta publicada no suplemento da edição de número 46: "Permita-me (...) perguntar ao seu correspondente no Mearim qual é o serviço que as milícias do Maranhão têm feito no atual governo, desde 1819?", questionou o autor da carta, que usou o anonimato e se intitulou "Um amigo da verdade". Sobre a situação, descreveu o que vinha ocorrendo no corpo de oficiais da região citada: "No Mearim (...) o Batalhão não se reuniu uma só vez: eu desafio todos os M. A. daquele distrito a provar o contrário" (*O Conciliador do Maranhão*, 20 de dezembro de 1821, supl. nº 46, p. 3).

O leitor “Um amigo da verdade” seguiu fazendo observações sobre o assunto: “A quem chama seu correspondente despotismos e tiranias praticadas com as milícias? A revista anual de inspeção? Mas é de lei. Ora o que é ordenado por lei não é tirania (...) desta revista não pode o seu correspondente queixar-se”, pontuou o leitor. “Se quer dizer que o inspetor espancou *Antonio da Fonseca de Castro, do Iguará*, aumente que por este atentado foi severa e duramente repreendido pelo quartel general” [grifos do jornal].

No suplemento número 49, que compreende apenas correspondências, uma outra carta chama a atenção, a que é assinada por João Rodrigues de Miranda, que estava preso, como consta na data e lugar do documento: “Cadeia, 26 do corrente dezembro de 1821”. Não há dados sobre o porquê da prisão ou outras informações. O autor afirma que está surpreso com o conteúdo do jornal: “Li com desprazer o nº 42 da sua redação na parte em que pretende conciliar o sapientíssimo e salutar decreto promulgado para a instalação dos Governos Provisórios do Brasil, com a opinião pública”. O jornal teria informado “que aquele decreto não fôra lido nesta cidade com o mesmo entusiasmo, agrado e louvor que todas as outras sábias providências do soberano congresso; como se ele houvera sido lido unicamente pelas pessoas menos constitucionais”.

João Rodrigues de Miranda continuou a questionar o posicionamento dos redatores de *O Conciliador do Maranhão*: “Em verdade, senhores redatores, eu estou admirado de tal maneira de falar e não posso entender o que vossas mercês querem inculcar com isso”. O autor da carta pede explicações do jornal a respeito das pessoas que estavam descontentes com a instalação dos governos provisórios: “Dignem-se por maneira indicar quem são esses desagradados, pois não podem padecer os justos pelos pecadores, como a mim está sucedendo no purgatório, de onde lhes dirijo essa”, finalizou João Rodrigues de Miran-

da. “E lhe rogo queiram fazer a mercê de a inserir no seu periódico por justificar-me a respeito de opinião. Tenho a honra de ser de vossa mercê admirador, e respeitoso criado”, pede o autor.

Os redatores de *O Conciliador do Maranhão* elaboraram uma resposta muito extensa ao prisioneiro, leitor da publicação, com o tamanho de quase três colunas:

Nesta casa de purgar, onde o puseram os seus pecados, ou os pecados de Adão, não pode haver muito sossego para ler periódicos: talvez seja o motivo porque bem não entendeu e teve desprazer com a leitura do Nº 42 da nossa humilíssima redação. Contudo as observações de um cidadão, que se digna escrever-nos pela primeira vez, merecem toda a nossa atenção, e de bom grado lhe responderemos (*O Conciliador do Maranhão*, 31 de dezembro de 1821, supl. nº 49, p. 4).

A publicação, através dos redatores, tentou derrubar os argumentos de João Rodrigo de Miranda: “Nunca dissemos que pretendíamos *conciliar o sapientíssimo e salutar decreto promulgado para a instalação dos governos provisórios do Brasil com a opinião pública dos povos desta cidade e província*” [grifos do jornal]. Defenderam-se os redatores, e acrescentaram: “Nunca tal escrevemos e apelamos para nossos leitores, que sabem entender o que lêem (...) Esses povos generosos não precisam conciliar para adotarem, manterem e (...) obedeceram ao Governo”. Os autores da resposta chamam a atenção do leitor que criticou a publicação: “Enganou-se sr. Miranda na 1ª parte: vamos à segunda e depois à observação. Se o senhor Miranda quer saber porque o dissemos, leia devagar, com pausa e ponderação todo o discurso” (*O Conciliador do Maranhão*, 31 de dezembro de 1821, supl. nº 49, p. 4).

Conclusões

Através da seção de cartas, publicada frequentemente por *O Conciliador do Maranhão*, buscamos descortinar qual o discurso construído pelo jornal em torno da atuação do leitor na seção de Correspondências do jornal citado. As missivas escolhidas e publicadas seriam um parâmetro para apreendermos as intenções e a identidade desses leitores na ótica do jornal. As questões reforçadas no discurso da folha maranhense apontam para: a) O impresso como espaço de defesa do projeto político do governo da província, que buscava a manutenção dos laços com Portugal b) o jornal como lugar para respaldar reputações, principalmente dos comerciantes e c) O jornal enquanto interlocutor que vai receber comentários, reclamações ou pedidos de esclarecimento.

Na seção "Correspondência", há uma clara tendência à publicação de cartas que concordassem com o impresso (dirigidas, quase sempre, ao "sr. redator"). A seção de cartas também foi lugar para que o próprio jornal reafirmasse suas posições. Há edições com as respostas dos redatores ou avisos aos leitores. Porém, é possível perceber questionamentos, pedidos, acusações e refutações escritos pelos leitores, anônimos ou não, ou pelos redatores (que em raras situações, como refutações, assinavam seus nomes).

As representações sobre o leitor, autor das cartas, nos remetem geralmente a sujeitos alinhados ao projeto político do jornal. Estavam relacionados, em sua maioria, às camadas de maior poder político e econômico da província: eram homens, que exerciam funções diversas, eram militares, comerciantes, funcionários do governo e proprietários. Esses elementos nos remetem às relações de poder instituídas naquela sociedade, marcada pela exclusão social, pela

escravidão e o absolutismo. O jornal também sinalizou que esses segmentos estavam articulados em torno das ideais defendidas pela publicação.

Quanto à ação do leitor, ressaltamos que o processo de apreensão dos sentidos é complexo e dinâmico. Compreendemos que nem o leitor se apaga frente ao autor do texto, ou pelo que vem de fora, nem é sujeito absoluto do processo de produção da leitura. “O espaço da subjetividade na linguagem é tenso” (ORLANDI, 2006, p.189). Nele são articuladas as possibilidades de identificação com as ideias do interlocutor ou o estabelecimento de outros sentidos para além do texto na construção da legibilidade do material lido.

Também pontuamos que os leitores do jornal não podem ser circunscritos às camadas mais ricas e letradas. Quanto à recepção das mensagens jornalísticas, acreditamos que elas chegavam às demais camadas, analfabetas e escravas, através das conversas ou de murmurinhos pelas esquinas. Como explica Barbosa (2013, p. 21), o intercâmbio entre o mundo oral e a escrita é permanente e esses movimentos instauram formas de captar a realidade nos séculos XVIII e XIX. “Nas sociedades orais, observam-se inúmeras competências em seus modos de comunicação, produzindo fórmulas específicas de registrar o mundo”. Esses modos de comunicação, marcados por gestos e alaridos, poderiam ser percebidos nos pontos de ajuntamento de escravos, nas vozes das senzalas e nos locais de serviço, com indivíduos que faziam circular informações por meio das conversas e do vai e vem das ruas.

Portanto, compreendemos que a atuação da publicação maranhense colaborou para sustentar um projeto político que buscou fortalecer a manutenção do rei Dom João VI, na conjuntura da monarquia absolutista em Portugal. O discurso difundido na seção de cartas contribuiu para um dos propósitos do jornal: amparar uma aliança, entre o grupo político do general Bernardo da Sil-

veira Pinto da Fonseca, militares, proprietários de terra e comerciantes. O governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca lançou o jornal como estratégia para materializar o apoio político à monarquia e para fortalecer simbolicamente os acordos locais para sua manutenção no comando da província. O jornal colaborou também para a circulação de significados sobre a realidade da província do Maranhão, que foram rechaçados ou apropriados pelos leitores, que, ao ressignificarem essas informações, contribuíram para a movimentação política naquela localidade.

Referências

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BENETTI, Marcia. "Análise do discurso em jornalismo: Estudo de vozes e sentidos". In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia da pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

GALVES, Marcelo Cheche. **Ao público sincero e imparcial: Imprensa e independência no Maranhão (1821-1826)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

JORGE, Sebastião. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão**. São Luís: Edufma, 1987.

LABOURDETTE, Jean-François. **História de Portugal**. Lisboa: D. Quixote, 2001.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo comunicacional:** Por uma teoria da comunicação praxiológica. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos:** as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Coimbra: Minerva, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora Unicamp, 1995.